

**PSOL NA
CÂMARA**

AS LUTAS
em 2021

**Áurea
Carolina**
Minas
Gerais



**Fernanda
Melchionna**
Rio Grande
do Sul



**Glauber
Braga**
Rio de
Janeiro



**Ivan
Valente**
São Paulo



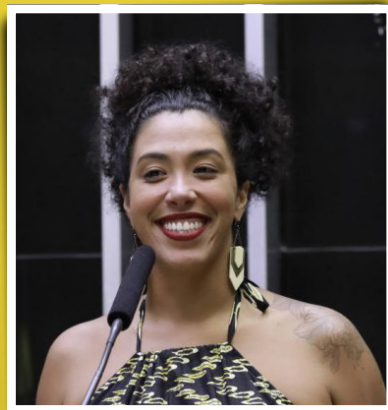
**Luiza
Erundina**
São Paulo



**Sâmia
Bomfim**
São Paulo



**Talíria
Petrone**
Rio de
Janeiro



**Vivi
Reis**
Pará



AS LUTAS em 2021

Sumário

Expediente

Autores:

Carla Guareschi
David Deccache
Evelin Maciel
Fernanda Chaves
Leonor Costa
Letícia Camargo
Mariane Andrade
Pedro Brandão
Roberto Dantas

Revisão:

Fernanda Chaves
Mariane Andrade
Sandro Lobo



**PSOL NA
CÂMARA**

Liderança do PSOL

Câmara dos Deputados
Anexo II, Piso Superior, Ala C, Sala 116
61 – 3215 9836

lid.PSOL@camara.leg.br
www.PSOLnacamara.org.br

Projeto Gráfico e Diagramação:



Cristhian NavVar Lira
navvar.design@gmail.com

Apresentação — 8

Atuação em Destaque — 10

Café Com Lutas — 16

Combate à Pandemia — 18

Dignidade e Renda — 22

Direito à Moradia e Dignidade — 28

Direitos Humanos — 30

Enfrentamento ao Fascismo e Defesa da Democracia — 36

Eventos, Exposições e Seminários — 40

Mulheres — 42

Política Socioambiental — 48

Reforma Política — 54

Apresentação

2021, período em que estive à frente da Liderança do PSOL na Câmara, foi um ano dramático para a nossa gente, em que o bolsonarismo esbrachou a sua face mais perversa: fome, desemprego, pandemia, desmatamento, fim do licenciamento ambiental, legalização da grilagem, crianças indígenas engolidas por máquinas do garimpo – com o apoio do presidente da República – e bala de fuzil em corpos pretos. Os mesmos corpos mortos nas 40 chacinas no estado do Rio de Janeiro morriam também sem oxigênio nas filas dos hospitais. Enquanto isso, o presidente atrasou vacinas, tirou máscara de crianças, incentivou clima golpista no 7 de se-

estudo, a pandemia da Covid-19 agravou as condições de vida da população, deixando cerca de 116,8 milhões com algum grau de insegurança alimentar. Sabemos quem são os mais afetados: as famílias de pessoas pretas e pardas, chefiadas em sua maioria por mulheres.

Vivemos um dos momentos mais críticos de nossa história democrática. Ao longo do ano, fizemos oposição a um governo que incentiva a violência, dissemina notícias falsas, insufla o racismo, o sexismo e a LGBTfobia, tem saudades da ditadura e exalta a tortura. Um governo que tem entre suas principais prioridades

do plenário. Muito orgulho de construir o PSOL. Certamente não foi um período fácil – madrugadas com Moana Mayalú no colo, enquanto resistia, no plenário, aos ataques ao povo; leite escorrendo enquanto discursava num plenário que nem trocador oferece às mães.

Se a política institucional não é formatada para nós, mulheres, se todos os obstáculos estão colocados, este também foi um ano de reafirmar que lugar de mulher, preta e mãe é onde a gente quiser. De gritar que a política não pode prescindir de nós! Até porque é no nosso corpo e dos nossos filhos que se concretiza a barbárie bolsonarista. Então, é do nosso corpo também que sairá o protagonismo da resistência.

Ao deixar a liderança da bancada do PSOL – uma bancada formada por maioria de mulheres – destaco que mantivemos nossa coerência diante de todas as pautas antipovo de Bolsonaro, que visam retirar o pouco de direitos que ainda restam para o povo trabalhador. Em 2022, as lutas também serão inúmeras e desafiadoras. Desde o enfrentamento à mineração em terras indígenas, a retirada de direitos das crianças e adolescentes, por meio da PEC 18 do trabalho infantil, e a agenda de austeridade que o bolsonarismo continua querendo impor ao nosso povo.

Resistiremos e vamos fazer de 2022 um ano de luta com conquistas para todos e todas que sofrem com essa política de morte em curso. Viva a bancada do PSOL!

Seguimos na luta, sempre!

Tenho muito orgulho de – no meio desse horror – ter liderado nossa bancada e, junto com a oposição, fazer o necessário enfrentamento na Câmara, dentro e fora do plenário. Muito orgulho de construir o PSOL.

tembro, disseminou fake news sobre voto impresso e Covid-19, editou normas que flexibilizam armas e munições. E a Câmara foi o principal instrumento de sustentação dessa barbárie.

Nunca é demais lembrar, ainda, que o Brasil voltou para o mapa da fome e da miséria. Levantamento divulgado em novembro de 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan) indica que 19,1 milhões de pessoas passam fome no país. Ainda de acordo com o mesmo

atacar os povos indígenas e quilombolas; é inimigo número um do meio ambiente; e negligencia a maior crise sanitária já vivida por nossa geração. 2021 também foi um ano em que enfrentamos o aprofundamento da prática do toma-lá-da-cá do presidente da Câmara e aliado de Bolsonaro, Arthur Lira, do Centrão e de todos que dão sustentação a esse governo de morte.

Tenho muito orgulho de – no meio desse horror – ter liderado nossa bancada e, junto com a oposição, fazer o necessário enfrentamento na Câmara, dentro e fora



Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

Taliria
PETRONE  **deputada federal**



?

Contra as privatizações

A bancada do PSOL trabalhou incansavelmente para deter as privatizações promovidas pelo governo Bolsonaro e a deterioração do patrimônio público. Foram apresentados três projetos de decreto legislativo (PDLs) para retirar três empresas públicas fundamentais do plano de desestatização do governo Bolsonaro. Os projetos do PSOL visam proteger a Eletrobras, os Correios e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Atuação em destaque

Eletrobras

Nos últimos meses tivemos uma escalada nas tarifas de energia elétrica. Ao passo que em abril de 2021, com bandeira amarela, a tarifa era de R\$ 1,343 a cada 100 kWh consumidos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) oficializou, em agosto de 2021, resolução que criou a Bandeira Escassez Hídrica, que substituiu a Bandeira Vermelha 2 e custa R\$ 14,20 a cada 100 kWh. Trata-se de uma elevação de 957%. O aumento da conta de luz atinge os brasileiros em um momento de elevadíssima vulnerabilidade social, onde as famílias convivem com a crítica combinação de desemprego recorde, inflação de itens básicos elevada e renda do trabalho em queda. Sem falar na pandemia de Covid-19. Não se pode ignorar os efeitos econômicos e sociais do aumento da conta de luz nesta conjuntura.

O PSOL – ao lado de PSB, Rede, PDT e PCdoB – apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) para derrubar a Medida Provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras. A privatização prevê a venda de até 60% das ações da empresa. Atualmente, o governo detém cerca de 60% das ações da Eletrobras. Com as vendas, esse percentual cairá para 45%. Mesmo sendo a sexta empresa mais lucrativa empresa do Brasil e responder por quase 30% da geração de energia no país, a proposta de privatização da Eletrobras foi aprovada. A perspectiva é que a privatização deverá causar 25% de aumento na conta de luz.

Correios

A bancada do PSOL atuou em conjunto para barrar a privatização dos Correios. Para nossos deputados e deputadas, a venda afetará a vida não só dos mais de 100 mil funcionários da empresa, mas também da população brasileira que tem menos acesso a serviços públicos por morar nas regiões mais remotas do País. São quase 7 mil unidades de postagens e mais 9 mil unidades de distribuição. A empresa cumpre um papel de “braço logístico do Estado”, ao participar da criação de endereços que permitem a solicitação de serviços básicos de água e luz e ao funcionar como agência bancária, ponto de cadastramento em programas sociais e distribuidor de vacinas, entre outros serviços.

O argumento de que a estatal gera prejuízo não é verdadeiro. As demonstrações financeiras divulgadas no primeiro trimestre de 2019 pela empresa referente ao ano anterior comprovam que os Correios geraram lucro líquido de R\$ 667,3 milhões e de R\$ 161 milhões em 2017 e 2018, respectivamente, isso já descontados os repasses feitos da empresa ao governo federal.

EBC

Encerramos o ano de 2021 com mais uma greve dos trabalhadores e trabalhadoras da EBC - Empresa Brasil de Comunicação. A greve na maior empresa de comunicação pública do país durou 19 dias e paralisou 95% do jornalismo das emissoras. A EBC possui a TV Brasil, Agência Brasil, Rádio MEC AM e FM, Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Nacional de Brasília AM e FM, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional do Alto Solimões e Radioagência Nacional e coordena o sistema público de comunicação brasileiro.

Por iniciativa da bancada do PSOL, foi aprovada moção de solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras da EBC em greve na Comissão de Legislação Participativa. O uso político da TV Brasil, amplamente denunciado no Parlamento pela bancada do PSOL, é investigado pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

A EBC, empresa pública de comunicação do Poder Executivo, foi incluída pelo Decreto nº 10.354, de 21 de maio de 2020, no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República. A falácia usada para justificar a privatização da empresa é de que ela seria deficitária. No entanto, a empresa conta com recursos próprios advindos da Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública que já somam bilhões de reais, não repassados à empresa pelo governo federal. Estes recursos poderiam assegurar o pleno funcionamento da empresa pelos próximos anos sem a dependência de Orçamento do Tesouro Nacional.

Foram realizadas duas audiências públicas, por iniciativa de parlamentares do PSOL e aliados, nas comissões de Cultura; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Educação da Câmara dos Deputados para debater os riscos da privatização da Empresa Brasil de Comunicação, a censura nos veículos da empresa, perseguição de trabalhadores e trabalhadoras e a falta de diversidade na programação.

Auxílio Aluguel

O PSOL apresentou um projeto de lei que prevê a criação de um auxílio-aluguel para pessoas de baixa renda e microempresários. O objetivo é conceder uma ajuda no valor de R\$ 1.200,00 a pessoas que não conseguem quitar o aluguel, assim como oferecer R\$ 1.800,00 a pequenos empresários. O texto também propõe que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seja usado como medidor de reajustes de contratos residenciais e comerciais, evitando assim que o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que tem disparado nos últimos meses, influencie os preços. O socorro financeiro é uma tentativa de minimizar os impactos econômicos provocados pela pandemia.

**AUXÍLIO
DIGNO**

Taxação das grandes fortunas JÁ!

O PSOL apresentou, em 2019, ação ao STF que pede o reconhecimento da omissão do Congresso Nacional em regulamentar o imposto sobre grandes fortunas. Na ação, o PSOL relata que a Constituição prevê sete impostos federais e todos estão regulados, exceto o que incide sobre alta renda. Ainda segundo o partido, desde a Constituição de 1988 o parlamento "deixa de dar eficácia a uma ordem constitucional".

O ministro Marco Aurélio Mello, relator da ação, votou pelo seu reconhecimento. No entanto, o ministro Gilmar Mendes pediu destaque e retirou a ação do plenário virtual, o que suspendeu o julgamento. A tributação de grandes fortunas tem por objetivo a concretização dos objetivos fundamentais da República de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e "de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais", previstas no artigo 3º da Constituição. Em razão do período decorrido desde a promulgação da Constituição, o partido pede que o STF determine que o projeto de lei complementar sobre a matéria tramite em regime de urgência.

#NaMinhaRuaNão!

O ato político de incendiar a estátua de Borba Gato, na Zona Sul de São Paulo, se transformou em perseguição aos ativistas. O monumento incendiado é relacionado ao papel do bandeirante Borba Gato na caça e na escravidão de índios e negros.

Diante da preocupação de alguns deputados com a integridade de estátuas que homenageiam torturadores, estupradores e genocidas, a Deputada Talíria Petrone, líder do PSOL, apresentou o PL 5296/21, que prevê a substituição de tais estátuas por personagens negros e indígenas da história brasileira para recontar a história.

Pela redução do preço da gasolina, diesel e gás de cozinha

A bancada do PSOL apresentou um projeto de lei que cria uma política que possibilita a redução de preços de gasolina, diesel e gás de cozinha com base nos custos internos de produção da Petrobras. O projeto de lei acrescenta também um dispositivo para garantir a alocação de recursos em pesquisa e infraestrutura para energia renovável. Ainda visando a política de transição energética, o PL impõe que o percentual disponibilizado pela Petrobras para energia renovável deverá ser aprovado, ou modificado, pelo Congresso Nacional e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com prévia oitiva de representantes da sociedade civil. Os deputados do PSOL destacam que temos hoje o maior preço da série histórica da ANP para GLP e diesel, e um dos maiores valores para a gasolina. A proporção do preço do gás de cozinha em relação ao salário-mínimo, que chegou a 5,7% em março de 2015, hoje é de 9%, e segue subindo.

Luta pelo impeachment

A Câmara dos Deputados recebeu 143 pedidos de impeachment do presidente Bolsonaro desde o início de seu governo. Apenas sete destes pedidos foram analisados e arquivados. A bancada do PSOL, junto a outros partidos e entidades da sociedade civil, se uniu para um superpedido de impeachment, entregue em junho ao presidente da Câmara, Arthur Lira. O superpedido unificou os autores de mais de 120 pedidos de impeachment apresentados anteriormente.

Entre as entidades, assinaram representantes da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST). O texto atribuiu a Bolsonaro 23 crimes de responsabilidade. O documento ganhou ainda mais importância após a estarecedora denúncia de que o governo federal cobrava propina na aquisição de vacinas. Além destes casos recentes, estão descritos também no superpedido de impeachment os seguidos crimes, omissões e erros do governo Bolsonaro durante a condução da pandemia no país, as diversas ameaças ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (STF), as interferências na atuação da Polícia Federal e do Exército brasileiro, entre tantos outros crimes que Bolsonaro e seu governo cometeram. Lira, fiel aliado de Bolsonaro, ignorou o superpedido.

Fundão eleitoral

A bancada do PSOL não aceita o aumento escandaloso no fundo eleitoral para quase R\$ 5 bilhões, enquanto o povo passa fome e em plena pandemia. Criado na gestão Eduardo Cunha, como resposta aos escândalos de financiamento privado às campanhas eleitorais e alternativa para compensar a proibição de doações de pessoas jurídicas a campanhas, determinada em 2015 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o fundo eleitoral com recursos públicos se tornou outro escândalo pelos valores envolvidos.

O valor aprovado para o fundo eleitoral para 2022 foi de R\$ 4,93 bilhões. A proposta enviada pelo governo estimava o fundo em R\$ 2,1 bilhões. Em 2018, os partidos tiveram R\$ 1,7 bilhão para as eleições para deputados, senadores, governadores e presidente. Em 2020, nas eleições municipais, a verba do fundo eleitoral foi de R\$ 2 bilhões.

O PL, partido de Bolsonaro, foi um dos mais empenhados na aprovação e receberá quase R\$ 1 bilhão para custear, entre outras, a campanha do presidente à reeleição. A bancada do PSOL, defensora do financiamento público das campanhas, considera que falta razoabilidade na decisão de tornar o fundo bilionário e provoca uma distorção do sistema eleitoral, injustificável diante da crise econômica e sanitária provocada pela Covid-19.

Contra a PEC 32

A luta contra a Reforma Administrativa, a PEC 32/2020, que na prática inviabiliza os serviços públicos, foi árdua. A estabilidade dos servidores públicos vem sendo minada ao longo dos anos, e já está excluída para os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, como Caixa Econômica Federal e Petrobras. O texto proposto manteve a estabilidade para todos os servidores concursados, mas impôs as contratações temporárias por até dez anos em todas as áreas públicas que não forem as de função típicas de Estado. Na prática, isso impacta na estabilidade dos servidores porque dificulta a realização de concursos públicos.

Além disso, o texto do relator ainda traz a possibilidade de corte de jornada e salário em até 25%. Corte de benefícios como licença-prêmio, mais de 30 dias/ano de férias e aumentos por tempo de serviço também serão cortados, além de facilitada a abertura de processos administrativos para perda de cargo de servidores com avaliação de desempenho insatisfatório. O texto introduz instrumentos de cooperação entre o governo federal, estadual ou distrital com entidades privadas para gestão dos equipamentos públicos, como escolas e hospitais.

A reforma administrativa tem o apoio das grandes empresas que detêm o oligopólio da mídia, como Record, Bandeirantes e o Grupo Folha, e também tem interesses comerciais nos setores da educação, saúde e outros serviços prestados pelo setor público. São blocos inteiros nos principais jornais do país a criticar o gasto com o salário de servidores públicos das três esferas, em um claro ataque aos serviços públicos e usa como fonte os mesmos institutos que fazem lobby no Congresso pela sua aprovação e investe nas campanhas dos deputados e deputadas da base do governo.

Os parlamentares do PSOL usaram todas as ferramentas legislativas para tentar barrar ou alterar o texto, de obstrução a voto em separado, além da denúncia em plenário e apoio aos atos dos servidores públicos contra a reforma. A votação no plenário da Câmara ficou para 2022.



Café com Lutas

Para superar a distância entre os parlamentares da bancada do PSOL na Câmara e as demandas populares durante a pandemia, realizamos doze grandes encontros com movimentos sociais e ativistas pelos direitos humanos para aproximar ainda mais os mandatos das demandas populares.

Estes foram os temas dos Cafés com Luta:

1ª EDIÇÃO

23 MAR

Reforma Administrativa

Cheia de mentiras e ataques ao funcionalismo público, a proposta é uma reforma trabalhista nos órgãos estatais; uma tentativa de desmonte do serviço público e do Estado brasileiro.

2ª EDIÇÃO

16 ABR

Luta por terra e territórios

A luta vai além da posse da propriedade. Envolve acesso à saúde e educação, condições de trabalho e direitos humanos, em prol da qualidade de vida, e vida digna, de uma comunidade.

3ª EDIÇÃO

07 MAI

A pauta ambiental no Congresso

Os impactos de um governo ecocida que desmonta a estrutura pública ambiental e incentiva a grilagem, o garimpo e a violência contra povos tradicionais. A luta é ecossocialista!

4ª EDIÇÃO

28 MAI

Maternidades Plenas –

Relatos emocionantes escancararam a mortalidade materna e os filhos-vítimas da violência policial e a necessidade de políticas sociais, como o direito à amamentação e proteção às famílias LGBTQIA+.

5ª EDIÇÃO

25 JUN

Combate às Torturas e Violência de Estado

Predominam atos violentos à população pobre, negra e periférica e a falta de assistência em presídios e instituições do sistema socioeducativo. A luta é pela defesa incondicional dos direitos humanos!

6ª EDIÇÃO

16 JUL

Lutas Negras pela Democracia

As sistemáticas violações aos direitos humanos das mulheres, dos jovens e da população LGBTQIA+ mostram que é indispensável compromissos, com participação da sociedade civil, para o fim da violência contra o povo negro e a promoção da igualdade racial.

7ª EDIÇÃO

20 AGO

Comunicadores e Mídia Progressista

Estamos diante de uma cadeia de ação estruturada contra comunicadores patrocinada pelo governo federal. De um lado a mídia tradicional, hoje, em parte, contrária ao governo, e do outro, a mídia progressista e comunitária.

8ª EDIÇÃO

24 SET

Direito à Educação

Vivemos um cenário de conservadorismo tacanho, inépcia administrativa e ímpeto privatista. O desafio é contra o desmonte da educação e em defesa da escola pública, laica, gratuita e de qualidade.

9ª EDIÇÃO

15 OUT

Saúde Mental e impactos da Pandemia

O cenário atual é de contrarreforma psiquiátrica, subfinanciamento da saúde mental e privatização da saúde. O caminho é de mobilização contra esses retrocessos do governo.

10ª EDIÇÃO

29 OUT

Política de guerra às drogas

Debate sobre uma política ultrapassada e fracassada de mau uso de recursos públicos, encarceramento em massa, crescimento da violência e milhares de mortes, sobretudo de jovens negros e policiais.

11ª EDIÇÃO

12 NOV

Desmonte das políticas públicas

A desestruturação da assistência social e do SUS pelo governo federal e a importância de fortalecimento de setores progressistas em prol da coletividade: alimentação direta, renda básica, transferência de renda e habitação como serviço público.

12ª EDIÇÃO

26 NOV

Desafio aos trabalhadores e trabalhadoras da segurança pública

A avaliação é do uso deturpado da segurança pública pelo governo Bolsonaro que, invés de fortalecer e valorizar as instituições e seus trabalhadores, aposta no descontrole delas, numa lógica miliciana.



Combate à Pandemia

Durante todo o ano de 2021, a bancada do PSOL atuou para garantir vacina para a totalidade da população brasileira. Diante da lentidão da vacinação contra a covid-19, o PSOL, junto com outros partidos, ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação em que pediu que a Corte obrigasse o governo federal a adotar as medidas cabíveis para adquirir vacinas para todo o contingente nacional.

Fechamos o ano com um pedido do PSOL à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para que investigasse a ameaça feita pelo presidente Bolsonaro envolvendo servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em outubro, cinco diretores do órgão foram ameaçados de morte diante da possível aprovação de vacinas contra a Covid-19 para crianças de 5 a 11 anos. Aprovada a vacinação, Bolsonaro instigou seus seguidores e os diretores da Anvisa voltaram a ser ameaçados de morte.

O governo desastroso de Bolsonaro transformou o país em um dos epicentros da maior tragédia sanitária do século, concentrando cerca de um terço do total global de mortes diárias por Covid-19 atualmente. A bancada do PSOL, com parlamentares de outros partidos, enviou uma carta à Organização Mundial do Comércio (OMC) endossando a proposta apresentada pela África do Sul e Índia para a suspensão dos dispositivos de pro-

priedade intelectual de vacinas, medicamentos e outros produtos ligados ao combate à Covid-19.

As deputadas federais Sâmia Bomfim e Talíria Petrone apresentaram um projeto de lei para priorizar grávidas e puérperas, que deram à luz há até 45 dias, na vacinação de Covid. Uma importante iniciativa, pois em 2020 oito em cada dez mortes por coronavírus durante a gravidez ou puerpério aconteceram no Brasil. A proposta foi acolhida e acabou incluída em outro projeto que se tornou lei. Gestantes, lactantes e aquelas que deram à luz recentemente (puérperas) foram incluídas no quadro de grupos prioritários da campanha de vacinação contra a Covid-19.

Nos difíceis meses do primeiro semestre de 2021, além de faltar vacina, também faltavam medicamentos utilizados para a intubação de pacientes graves de Covid-19 em UTIs. A bancada do PSOL na Câmara acionou a Procuradoria Geral da República (PGR) e a Defensoria Nacional dos Direitos Humanos (DNDH) para solicitar que esses órgãos impusessem medidas para que o governo federal adquirisse os medicamentos necessários para conter o colapso nos hospitais.

O ano também foi de luta para defender um piso salarial justo e jornada digna de trabalho para todos os profissionais de enfermagem. Essa é uma luta de

30 anos da categoria. O PSOL apoia a proposta e se solidariza com a luta desses profissionais. O Senado aprovou o Projeto de Lei 2564/2020, que estabelece um piso salarial nacional de R\$ 4.750 mensais para enfermeiros. Atualmente a legislação não prevê piso para a categoria. De acordo com a proposta, o piso salarial valerá para enfermeiros contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (os celetistas) e para servidores públicos da União, dos estados e dos municípios. O projeto já passou pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados e está pronto para ser apreciado em plenário.

Como equilibrar as finanças do governo diante da recessão e da necessidade de investimentos em saúde pública e assistência social em plena pandemia? A bancada do PSOL na Câmara dos Deputados tem um projeto de lei em tramitação que propõe a tributação dos lucros extraordinários de empresas de grande porte cujos rendimentos, em períodos de calamidade pública ou de altíssima taxa de desemprego, que supere em 10% a média dos últimos 4 anos. No Brasil, enquanto os índices de desemprego bateram recordes e milhares de famílias tiveram redução expressiva na renda e na qualidade de vida, bilionários viram suas fortunas se multiplicarem de forma exorbitante. A justiça social é uma das metas da bancada do PSOL na Câmara.

Durante a pandemia, os povos indígenas foram brutalmente atacados pelo governo Bolsonaro, que por um lado permitia a ação de grileiros e garimpeiros, por outro impedia ou retardava a chegada de ajuda sanitária para conter a epidemia. Mas o projeto de morte deste governo teve forte oposição da bancada do PSOL. Ação protocolada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e assinada também pelos partidos de oposição, dentre eles o PSOL, pediu a determinação ao governo federal da adoção imediata de providências visando à integridade física e o direito à vida dos indígenas que habitam sete Terras Indígenas, hoje ameaçadas por invasores, em especial da Terra Indígena Yanomami, em Roraima, e da Terra Indígena Munduruku, no Pará.

Assim como a bancada do PSOL apoiou a luta dos povos indígenas contra o descaso do governo Bolsonaro, a vida dos povos quilombolas também foi prioridade. Uma ação movida em conjunto pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), ao lado de PSOL e outros partidos, cobrou atenção do governo federal aos quilombolas na crise sanitária e fez com que o governo entregasse ao STF um Plano Nacional para enfrentamento da Covid-19 entre as populações quilombolas.

Para combater a gestão genocida, a bancada do PSOL na Câmara denunciou o governo federal à Organização Mundial da Saúde (OMS) por violação de direitos humanos e descaso na gestão da epidemia de Covid-19 no Brasil. Os parlamentares solicitaram que a OMS expresse recomendações ao estado brasileiro visando impedir que o presidente da República “deixe de difundir informações falsas ou manipuladas” sobre a eficácia de remédios não comprovados no tratamento da doença (como a hidroxicloroquina) e sobre a ineficácia do uso de máscaras de proteção contra o novo coronavírus. A denúncia também foi encaminhada para Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos.

A bancada do PSOL também enviou carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, desmentindo cada uma das mentiras ditas por Jair Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU. Bolsonaro usou dados distorcidos para exaltar a política ambiental de seu governo e o desempenho da econo-

mia brasileira durante a pandemia, além de defender o chamado “tratamento precoce” contra a Covid-19, que já teve ineficácia cientificamente comprovada.

A cada ação contra a vida tomada pelo desgoverno Bolsonaro, a bancada do PSOL reagiu e cobrou justiça. O Ministério da Saúde paralisava vacinações, PSOL cobrava informações. O presidente se reuniu com executivos da Prevent Senior e da EMS, empresas de planos de saúde que ocultaram mortes por Covid e realizaram estudos fraudulentos para testar a eficácia da hidroxicloroquina e azitromicina contra a Covid-19, a bancada buscou esclarecimentos. O Ministério da Saúde deixou vencer milhares de kits para diagnóstico da covid-19 e dezenas de medicamentos e vacinas para outras doenças, a bancada apresentou representação na Procuradoria da República cobrando responsabilização. Jair Bolsonaro disseminou notícia falsa associando a vacina contra a Covid-19 com o surgimento de casos de Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids), a bancada apresentou uma notícia-crime no STF.

Além de não garantir a vacina para toda a população, Bolsonaro também tentou impedir a indenização de profissionais de saúde incapacitados pela Covid. O Projeto de Lei (PL) 1826/2020, de autoria dos deputados Fernanda Melchionna e Reginaldo Lopes (PT-MG), determinou a indenização desses trabalhadores e foi vetado totalmente por Bolsonaro. Mas o veto foi derrubado e garantiu-se a indenização de R\$ 50 mil para os profissionais que ficaram permanentemente incapacitados após a infecção. O projeto deu origem à Lei 14.128/21 e determinou o pagamento das indenizações em até três

parcelas mensais sucessivas a profissionais como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais, agentes comunitários, técnicos de laboratório e outros que atuam na área, além de trabalhadores dos necrotérios e coveiros. O direito foi estendido aos familiares de profissionais de saúde que atuaram no combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus e morreram em decorrência da Covid-19. Dependente menor de 21 anos receberá R\$ 10 mil por ano até atingir essa idade. Uma vitória para os profissionais de saúde que são linha de frente no combate à pandemia!

Mais 618 mil vidas perdidas em quase dois anos de pandemia até agora. Esse é o saldo letal (e oficial) da Covid-19 em um país governado por negacionistas, corruptos e criminosos que ajudaram a escrever esse triste capítulo da história brasileira. Essas mortes não aconteceram por acaso. Elas têm responsáveis. Quem promoveu aglomerações, incentivou a desobediência ao uso de máscaras e regras de distanciamento, promoveu tratamentos ineficazes e mentirosos, ameaçou profissionais de saúde, cobrou propina de vacinas, negligenciou oxigênio a quem mais precisava, lutou para não pagar um auxílio emergencial decente a quem precisava sobreviver, é diretamente responsável por essas mortes. A bancada do PSOL se solidariza com todos que perderam familiares e amigos.





Dignidade e Renda:

CRISE ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO

Os impactos da crise são perversos e expõem, imediatamente, a profunda desigualdade de classes e racial no Brasil. Sem dúvidas, os impactos do ciclo recessivo têm como principais vítimas os trabalhadores, em especial mulheres e negras/os – que sofrem com maior taxa de desemprego, mais informalidade, menores salários e menos condições no acesso à saúde. A tônica da nossa liderança foi reafirmar que a lógica da austeridade é concentradora de renda e poder, racista, machista e ambientalmente perversa.

O programa econômico neoliberal, conduzido por Paulo Guedes, possui três pilares centrais: a redução do tamanho do Estado de bem-estar social por intermédio da manutenção da austeridade permanente cristalizada pela Emenda Constitucional nº 95; privatizações generalizadas e, por fim, a alteração na correlação de forças capital versus trabalho via desregulamentação trabalhista e manutenção de um grande exército industrial de reserva – o que reduz a demanda por direitos, comprime salários e enfraquece a capacidade de organização da classe trabalhadora. O desemprego é disciplinador.

A reação contra as medidas regressivas do governo, no parlamento, passou pela proposição de medidas judiciais, representações, requerimento de informações, projetos de lei e projetos de decreto legislativos para sustar tais medidas. A criação de alternativas consiste, justamente, em apresentar medidas concretas para a melhoria de vida do povo brasileiro.

O Brasil enfrenta uma crise socioeconômica e sanitária sem precedentes na nossa história. A política genocida de Jair Bolsonaro é a responsável direta pela morte de mais de 600 mil pessoas e por mais de 13 milhões de desempregados.


Diante deste cenário de desemprego, inflação e fome, o governo federal vem reduzindo, sistematicamente, as políticas de transferência direta de renda, agravando, deliberadamente, a vulnerabilidade social. Os prognósticos, portanto, são os piores possíveis.

O Auxílio Brasil, por exemplo, reduz a cobertura de transferência do Auxílio Emergencial de quase 40 milhões de famílias pobres para apenas 17 milhões. Com isso, teremos 23 milhões de famílias pobres desassistidas pelo governo federal em meio a uma crise econômica profunda.

A combinação de altos níveis de desemprego com forte pressão inflacionária se manifestou em aumento da insegurança alimentar e ampliação das nossas crônicas desigualdades interseccionais.

Atualmente, o desemprego atinge, aproximadamente, 13,5 milhões de pessoas. Porém, um indicador mais fiel à realidade é o de subutilização da força de trabalho, que além dos desempregados, inclui as pessoas que trabalham menos horas que gostariam (subocupados) e os que desistiram de procurar empregos (desalentados). Levando em consideração a subutilização da força de trabalho, hoje falta trabalho para mais de 30 milhões de pessoas. A situação é mais grave para as mulheres e para a população negra. As condições também são precárias para quem consegue escapar do desemprego, já que a taxa de informalidade atinge 40,6% da população (3º trimestre), reunindo 38 milhões de trabalhadores informais. Além do desemprego altíssimo, a renda da população mais pobre está sendo corrida pela elevação persistente da inflação que, em setembro deste ano, registrou a maior alta para o mês desde 1994 (1,16%).

Em 2021, ainda no contexto de profunda crise social dada pela combinação de políticas econômicas neoliberais com a continuidade da pandemia, a equipe econômica de Bolsonaro, liderada por Paulo Guedes e com apoio de boa parte do parlamento e da grande mídia, retomou a agenda econômica de austeridade fiscal e de ataques aos direitos sociais que havia sido parcialmente flexibilizada em 2020. Com isso, tivemos a volta da agenda de privatizações; retomada do teto de gastos e redução abrupta do auxílio emergencial em meio a uma situação de alto desemprego, inflação e fome.



Diante deste cenário, a bancada do PSOL atuou e se destacou em diversas frentes na área econômica, com ênfase na elaboração de proposições legislativas que apontam caminhos para a superação da crise, bem como a utilização tática de instrumentos institucionais de denúncia e obstrução jurídica para frear o conjunto de ataques perpetrados por Bolsonaro e seus sócios.

Queremos dialogar com a sociedade brasileira e mostrar que a esquerda tem um projeto popular e democrático. Derrotar Bolsonaro e o ultraliberalismo e apresentar uma alternativas reais para o povo é fundamental para superar a extrema-direita e para manter vivo o projeto de uma sociedade radicalmente democrática e plural.

Em meio à pandemia e sob a égide do governo Bolsonaro, no último ano vivenciamos um ataque sem precedentes aos Direitos do povo brasileiro. Demandou, por parte da liderança do PSOL, respostas rápidas e criativas diante de uma conjuntura que se movimentou rapidamente.

É nesse contexto que apresentamos as principais iniciativas na área econômica da bancada do PSOL na Câmara dos Deputados Federais em 2021. A lista revela o protagonismo da bancada no enfrentamento dos principais problemas concretos vividos pela classe trabalhadora, dentre os quais, destacamos: propostas para o enfrentamento da queda da renda e combate à fome; defesa dos bens e serviços públicos; luta pelo reconhecimento de direitos dos trabalhadores mais vulneráveis e popularização do debate sobre a necessidade de transparência e bom uso do orçamento público.

Ação do PSOL no STF suspendeu o “orçamento secreto” do governo Bolsonaro

Em novembro, por conta da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ajuizada pelo PSOL, o Supremo Tribunal Federal decidiu barrar os repasses parlamentares feitos por meio de emendas do relator, prática conhecida como “orçamento secreto”. A vitória ajudou a divulgar para a população o esquema usado pelo governo Bolsonaro para comprar apoio político no Congresso Nacional visando a aprovação de uma série de retrocessos.

Contudo, no início de dezembro, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), cedeu às pressões do Congresso e liberou a execução das emendas de relator. Mesmo com a reversão da decisão, é inegável que a ADPF do PSOL cumpriu papel fundamental em politizar e popularizar o debate sobre a necessidade de transparência na elaboração e execução do orçamento público, bem como foi instrumento fundamental de denúncia do uso oportunista dos recursos públicos para a compra de apoio do parlamento para a aprovação de matérias que significavam verdadeiros ataques sociais.

Combate à inflação: projeto de lei apresentado pela bancada propõe a mudança da política atual de preços de combustíveis da Petrobras.

O Brasil vive um processo inflacionário que penaliza, principalmente, as famílias mais pobres. Trata-se de uma inflação de custos causada, predominantemente, pela desvalorização cambial; política de preços dos combustíveis praticada pela Petrobras; elevação das tarifas de energia elétrica e subida das commodities.

Diante deste cenário, a bancada do PSOL apresentou um projeto de lei (PL 3421/2021) que altera a atual política de preços da Petrobras, possibilitando a forte redução de preços de gasolina, diesel e gás de cozinha. De acordo com o projeto, os preços de realização da Petrobras serão fixados periodicamente e deverão ter como base os custos internos de extração (lifting cost) e de refino, com o objetivo de reduzir a volatilidade e promover modicidade de preços. O projeto de lei acrescenta também um dispositivo para garantir a alocação de recursos em pesquisa e infraestrutura para energia renovável.

PSOL propõe que Auxílio Brasil chegue a mais de 23 milhões de famílias abandonadas por Bolsonaro com o fim do Auxílio Emergencial.

Durante votação da Medida Provisória 1061/2021, que institui o Auxílio Brasil, programa que extingue o Bolsa Família e diminui o acesso e o valor de repasse às famílias brasileiras, a bancada do PSOL apresentou um destaque à proposta para ampliar a abrangência do programa. As mudanças visavam aumentar a cobertura do Auxílio Brasil para, aproximadamente, 40 milhões de famílias, número próximo ao alcançado pelo extinto Auxílio Emergencial.

A emenda do PSOL pretendia proteger as 23 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social que no momento estão totalmente desprotegidas financeiramente com o fim do Auxílio Emergencial e atual formatação do Auxílio Brasil. Além disso, a bancada do PSOL apresentou emenda para garantir o Programa Renda Justa, com o objetivo de gerar renda, combater a pobreza, dinamizar a economia, estimular o consumo, produzir investimentos e abrir novos postos de trabalho. O pacote de projetos de lei quer transformar o auxílio emergencial de R\$ 600 por mês em um benefício permanente para até 80 milhões de brasileiros, o que equivale a 40% da população do país.

Para financiar a Renda Justa, propomos a implementação de um Imposto sobre Grandes Fortunas que tenham valor acima de R\$ 5 milhões, com alíquotas progressivas de 0,5% até 5%, a revogação das isenções de imposto de renda sobre lucros e dividendos com a implementação de 20% de contribuição e o aumento da contribuição social sobre o lucro líquido das instituições financeiras para 30%.

A Renda Justa do PSOL teria efeitos substanciais na redução da pobreza e na amplificação da rede de proteção social.

Projeto aprovado do PSOL garantiu direitos a entregadores de aplicativos

O Congresso Nacional concluiu, no dia 9 de dezembro, a votação do Projeto de Lei 1665/2020, de autoria do deputado Ivan Valente e de toda bancada do PSOL, que estabeleceu garantias financeiras para entregadores infectados com a Covid-19 e determinou o fornecimento de itens de proteção contra a doença. É uma vitória histórica das entregadoras e entregadores de aplicativos, já que se trata da primeira conquista legislativa da categoria no Congresso. O projeto foi sancionado: Lei 14.297/2022.



Projeto reconhece maternidade para fins de aposentadoria

Inspirada na lei aprovada na Argentina, a deputada federal Talíria Petrone protocolou o Projeto de Lei 2757/2021, que garante aposentadoria para mulheres maiores de 60 anos que tenham filhos e não possuam os anos de contribuição necessários para as demais formas de aposentadoria, além de permitir que o período de licença maternidade seja computado como tempo de serviço.

No Brasil, segundo dados do IBGE de 2020, mais da metade da população feminina acima dos 14 anos ficou fora do mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2020. E também existem hoje mais de 11 milhões de mães solo no Brasil, sendo a maioria negras (61%). No que se refere às mães chefes de família negras, 63% das casas chefiadas por elas estão abaixo da linha da pobreza.

Em 2022, continuaremos lutando pela aprovação deste projeto.





A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828, protocolada pelo PSOL em conjunto com o MTST, a Campanha Despejo Zero e entidades e movimentos de luta por moradia no campo e na cidade, foi uma grande conquista para o direito à habitação e dignidade no nosso país. Nossa ADPF buscou evitar e reparar lesão a preceitos fundamentais relativos ao direito social à saúde, moradia, vida e dignidade da pessoa humana.

A Lei Despejo Zero e a ADPF foram grandes vitórias em um cenário desolador: os dados atualizados da Campanha Despejo Zero mostram um Brasil em profunda crise econômica, sanitária e social. Segundo os números mais recentes, o Brasil somava em outubro 123,2

mil famílias ameaçadas de despejo, um crescimento de 32% em relação levantamento anterior, de agosto deste ano, quando 93,5 mil famílias estavam sob risco. Desde o início da coleta de dados, em agosto de 2020, o crescimento no número de famílias ameaçadas é de 554%.¹

Os dados levaram essa coletividade de movimentos, partidos e entidades a uma conclusão: seja no campo ou na cidade, retirar essas famílias de suas casas continua sendo condená-las à indignidade.

A ação foi relatada pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, que, inicialmente, determinou a suspensão por seis meses de ordens ou medidas de desocupação de áreas que já estavam habitadas antes de 20 de março do ano passado, quando foi

Direito à Moradia e Dignidade

aprovado o estado de calamidade pública em razão da epidemia de Covid-19. Pela decisão, ficam impossibilitadas “medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse de natureza coletiva em imóveis que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar de populações vulneráveis”. Para ocupações posteriores a essa data, o ministro determinou que o poder público deve assegurar abrigo público ou moradia adequada às famílias.

Os resultados da medida cautelar concedida podem ser vistos no país inteiro. Ocupações como a Jorge Hereda, em São Paulo, que reúne cerca de 800 famílias vulneráveis, se mantém graças aos efeitos da ADPF e a luta dos moradores/as. Em Recife, a Ocupação Leonardo Cisneiros, com 350 famílias, também resiste, graças aos parâmetros da ADPF – fundamental para suspensão da reintegração da posse, e a luta das famílias. Em São Paulo, a ocupação Marielle Vive do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), com mais de 350 famílias, se mantém após a determinação. São centenas de decisões Brasil afora que garantiram a permanência de milhares de famílias em suas residências em plena pandemia.

No entanto, o prazo da medida cautelar encerrava no dia 03 de dezembro. Era urgente e necessário a prorrogação desse prazo em um momento dramático de crise econômica. No dia 23 de novembro foi pro-

tocolado o pedido cautelar de extensão do prazo pelo PSOL, MTST, Campanha Despejo Zero e mais de 10 entidades. Em 1º de dezembro, recebemos a notícia de mais uma vitória: o ministro Barroso concedeu a extensão dos efeitos da ADPF até 31 de março de 2022. Uma semana depois, o Plenário do Supremo, por ampla maioria, ratificou a decisão do relator.

Importante destacar que, na Câmara dos Deputados, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa (CLP), foram feitas duas audiências públicas, ambas presididas pela líder do PSOL, deputada Talíria Petrone, para debater os despejos durante a pandemia. A primeira, em maio de 2021, e que abordava não a importância da ADPF e do PL do Despejo Zero; e a segunda, em outubro, já com o objetivo de discutir os impactos positivos da ADPF e da Lei Despejo Zero na garantia ao Direito à moradia. As audiências contaram com a presença de diversos especialistas, movimentos e entidades e foram um importante espaço de mobilização, reflexão e pressão sobre para discussão do tema.

A ADPF, em conjunto com a Lei Despejo Zero, foi uma importante conquista coletiva, possível graças a luta dos movimentos sociais do campo e da cidade. Foram vitórias fundamentais para evitar que brasileiras e brasileiros não fossem despejados de suas casas em meio à pandemia de Covid-19 e à forte crise econômica que o país vive. A luta segue e continua até que nenhuma família seja despejada!

¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59352497>



Direitos Humanos

O Brasil enfrenta uma crise socioeconômica e sanitária, mas também de severos ataques aos direitos humanos. Temos a triste marca de ser o país com maior índice de assassinatos de defensoras e defensores de direitos humanos. As sistemáticas violações aos direitos humanos e às liberdades fundamentais fazem parte do modus operandi do governo de Jair Bolsonaro e do grupo que o apoia.

O Poder Executivo atual edita decretos e normativas que desmontam a legislação, órgãos públicos e mecanismos de proteção à dignidade e vida humana. No Parlamento, a reação da bancada do PSOL contra as medidas regressivas do governo passa pela proposição de medidas judiciais, representações, requerimento de informações, projetos de lei e projetos de decreto legislativos para sustar tais ações.

No ciclo de debates do Café com Lutas, encontros com movimentos sociais e ativistas de várias áreas para aproximar os mandatos do PSOL das demandas populares, representantes destacaram as sistemáticas violações aos direitos humanos e às liberdades fundamentais da população periférica, principalmente da juventude negra, mulheres e da população LGBTQIA+, além de indígenas, por diferentes classes e poderes, e ressaltaram a necessidade do resgate dos princípios constitucionais, estruturantes do Estado Democrático de Direito, para a promoção da igualdade entre cidadãos e cidadãos brasileiros, sem que haja preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e orientação religiosa.

Pelas constantes ameaças de rompimento democrático e exposição dos órgãos de Estado aos arbítrios do atual governo federal, são necessárias ações conjuntas, Parlamento e movimentos, no sentido de frear os arroubos autoritários do Executivo federal, garantido a proteção e a defesa incondicional dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.



Marielle presente! Anderson presente!

No dia 14 de março de 2022 completam-se quatro anos do assassinato da vereadora do PSOL Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. As investigações sobre o crime vêm se arrastando lentamente, apesar das cobranças da família, amigos, e colegas de partido, apoiados por vozes progressistas que se levantam em todo o mundo exigindo justiça.

Os acusados pela execução do crime, Ronnie Lessa (sargento reformado da Polícia Militar) e Élcio Queirós (ex-PM) já foram presos, mas até hoje não se sabe quem foram os mandantes e as reais motivações do crime. O histórico da investigação envolve entre os suspeitos não apenas integrantes das milícias, mas também políticos do Estado do Rio de Janeiro.

A história e a luta de Marielle vivem e é por isso que seguiremos perguntando quantos dias mais forem necessários: quem mandou matar Marielle e por quê? Em 2019, a bancada apresentou projeto de lei para instituir o 14 de março como Dia Nacional das e dos Defensores dos Direitos Humanos. A proposta ainda tramita na Câmara.

Combater agressores

A luta em defesa dos direitos humanos envolve combater aqueles que se sustentam por agressões à dignidade humana e executam o desmonte de políticas do setor.

O ainda deputado Daniel Silveira está preso desde fevereiro de 2021 por atacar integrantes do Supremo Tribunal Federal e fazer apologia ao Ato Institucional nº 5, norma que endureceu a ditadura militar e retirou liberdades individuais. Além disso, ele quebrou uma placa em homenagem à deputada do PSOL assassinada, Marielle Franco. O PSOL, juntamente com outros partidos de oposição, protocolaram representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pedindo a cassação do mandato.

A bancada do PSOL questionou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), comandado pela ministra Damare Alves, sobre a criação de um grupo de trabalho (GT) para rever a Política Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

Além disso, a bancada também apresentou na Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal representação contra a ministra Damare. O subprocurador Carlos Alberto Vilhena deu prosseguimento à ação. Segundo ele, não se mostra razoável o redesenho da política pública sem diálogo e interação democrática do poder público com a sociedade civil.

Os cortes ao Programa de Proteção aos Direitos Humanos, no nível mais baixo desde 2015, também foram denunciados pela bancada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O desmonte de políticas voltadas à promoção de direitos é uma constante no governo.

A violência do Estado e na sociedade

As violações aos direitos humanos estão refletidas em um dos atos mais covardes contra a população periférica: a chacina. Em maio de 2021, 28 pessoas foram assassinadas na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. A bancada do PSOL na Câmara, em conjunto com os parlamentares do partido na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e a deputada federal Benedita da Silva (PT), protocolou um requerimento de criação de uma Comissão Externa na Câmara dos Deputados para acompanhar as investigações sobre a chacina. O presidente Arthur Lira nunca instalou a comissão.

Já a Comissão de Legislação Participativa, por solicitação da líder Talíria Petrone, realizou uma audiência pública para debater a chacina na comunidade do Jacarezinho.

Nossa bancada protocolou ainda ofícios endereçados ao governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, e ao Procurador Geral de Justiça do estado, Luciano Oliveira Mattos de Souza. Um pedido de impeachment contra o governador Claudio Castro também foi apresentado na Alerj. Importante destacar que decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2020, proíbe operações policiais ostensivas nas favelas brasileiras, como a que aconteceu na favela da zona norte fluminense, enquanto durar a pandemia de Covid-19.

Também no Rio de Janeiro, no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no mês de novembro, uma operação da Polícia Militar deixou pelo menos oito pessoas mortas. A bancada enviou ofícios ao Procurador Geral do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Oliveira Mattos de Souza, e ao governador Cláudio Castro, pedindo que sejam realizadas rigorosas investigações e também apresentou um requerimento, junto à Mesa Diretora da Câmara, de instalação de uma comissão externa para acompanhar as investigações do caso.

Os povos indígenas foram diversas vezes atacados pelo governo de Jair Bolsonaro, seja pelo descaso, seja por se aliar a garimpeiros, grileiros e madeireiros. Em maio, o PSOL solicitou à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão / Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal providências urgentes de proteção para a comunidade Yanomami de Palimiu, em Roraima, que havia sofrido um ataque de um grupo de garimpeiros. A presença de cerca de 20 mil garimpeiros, segundo estimativa das organizações yanomamis, tem contribuído para a explosão de casos de malária na Terra Indígena Yanomami, além da Covid-19 e de outras doenças.

As manifestações e atos em defesa da democracia foram reprimidos pelo poder do Estado. Em junho, na cidade de Recife (PE), a violência policial agiu. O PSOL

apresentou projeto de lei para proibir armas de fogo, com ou sem munição menos letal, pelos agentes de segurança pública e guardas municipais, durante a realização de manifestações e eventos públicos, bem como na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse, devendo os agentes do Poder Público orientarem as suas atuações por meios não violentos.

A repressão contra manifestações e criminalização de movimentos sociais também está expressa no Projeto de Lei 1595/2019, que tramita na Câmara. O PL, chamado de contraterrorismo, é recheado de retrocessos.

A violência contra a comunidade LGBTQI+ mostrou sua cara em diferentes cenários. Em Minas Gerais, um grupo de 20 parlamentares trans, lésbicas, gays e bissexuais de 13 estados e sete partidos diferentes enviaram uma representação ao Ministério Público Estadual contra o jogador de vôlei Maurício Souza, por incitação do preconceito e discriminação homotransfóbica nas redes sociais, além de uma indenização por dano moral coletivo a partir de R\$ 50 mil. As parlamentares oficialaram o Facebook e pediram a exclusão das postagens.

A pandemia

A Covid-19 escancarou o tratamento dado pelo governo federal no combate à doença. Ao longo do período de pandemia, sistemáticas e graves violações aos direitos humanos e da dignidade das vítimas. Falta de oxigênio, ausência de leitos, descaso com os profissionais da linha de frente da saúde, cortes em recursos, tentativas de deslegitimar a ciência e a pesquisa, desestimular a aplicação de vacinas, corrupção na compra de imunizantes.

No dia 24 de março, Dia Internacional do Direito à Verdade, essas violações foram debatidas num encontro online, com participação do padre Júlio Lancelotti e Sônia Guajajara.

Imigração

Ao Ministério das Relações Exteriores e ao Comitê Nacional dos Refugiados, em agosto, a bancada do PSOL solicitou a concessão de visto humanitário para os afegãos. No pedido, o PSOL também reivindica a viabilização de voos dos países fronteiriços ao Afeganistão. A bancada destaca que o Conare reconhece a situação de “generalizada violações aos direitos humanos” no Afeganistão e que já empreendeu medidas de facilitação de deslocamento através de vistos humanitários nos casos do Haiti e Síria. Do Itamaraty, o PSOL cobrou esforços de coordenação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e países terceiros para viabilizar a vinda das pessoas afetadas pela grave situação e generalizada violação aos direitos humanos no Afeganistão.

Combate ao armamento

As ações contra a dignidade humana são tão presentes no governo Bolsonaro que vários decretos de flexibilização para acesso a armas e munições já foram editados. A bancada do PSOL apresentou vários projetos de decretos legislativos para suspender a eficácia dessas normativas. O PSOL também, juntamente com o PDT, apresentou no STF Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental para suspensão das portarias. O pedido foi aceito pelo ministro Alexandre de Moraes, que classificou como desvio de finalidade do governo revogar a atuação do Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército (SisNar) sem motivação legal.

A Justiça Federal de São Paulo acatou uma ação popular do deputado Ivan Valente e suspendeu a Nota Técnica editada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), que abrandava a punição ao transporte indevido de armas por colecionadores, atiradores e caçadores (CACs).

Na Câmara federal

Lei de Segurança Nacional

É uma contradição argumentar o caráter democrático de uma lei de proteção do Estado de Direito que tem o punitivismo como aposta na natureza criminal da “nova” lei inevitavelmente importará em consequências àquelas e àqueles historicamente criminalizados. A revogação da Lei de Segurança Nacional foi aprovada na Câmara, com novos tipos penais que, em vez de proteger as liberdades democráticas, poderão ser utilizados para reforçar as estratégias de criminalização de organizações e movimentos sociais. Foi sancionada com vetos, como o artigo que trata das fake news. O PSOL entrou com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal, com demais partidos da oposição, pedindo a declaração de inconstitucionalidade da LSN.

Reforma psiquiátrica

O ano de 2021 marcou os 20 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica, um importante marco legal para uma sociedade sem manicômios e com Redes de Atenção e Cuidados com a Saúde Mental em liberdade e respeito aos direitos humanos. No entanto, Bolsonaro e apoiadores tentam a todo momento desmontar a legislação. É preciso resistir aos desmontes do governo Bolsonaro contra as conquistas históricas da Rede de Atenção à Saúde Mental e ao SUS! Nenhum direito a menos!

Dignidade menstrual

Com voto favorável do PSOL, foi aprovado projeto que prevê a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e detidas pelo sistema prisional. No entanto, Bolsonaro vetou a proposta. O PSOL encaminhou denúncia à Organização das Nações Unidas (ONU). A bancada classificou os vetos do presidente de “desumanos” e “ultrajantes”.

Comunidades terapêuticas

Com voto contrário do PSOL, foi aprovado um projeto que é um retrocesso no atendimento psicossocial e ressocialização de dependentes de drogas e seus familiares. O Projeto de Lei Complementar 134/2019 concedeu imunidade tributária para comunidades terapêuticas. Existem graves denúncias de movimentos e entidades de Direitos Humanos sobre as arbitrariedades nos “tratamentos” realizados por essas instituições: punição, tortura, conversão religiosa forçada, trabalho forçado e desrespeito à diversidade sexual. Destaque da bancada impediu que fossem chamadas de entidades beneficentes da assistência social.

Racismo institucional

Em novembro, foi aprovada a urgência do PL 5885/2019, que trata do enfrentamento ao racismo institucional. O projeto é de autoria das deputadas Áurea Carolina e Talíria Petrone, e do deputado David Miranda.

A história do Brasil tem cor!

Em novembro, mês da Consciência Negra, a bancada marcou presença na inauguração da Exposição da Consciência Negra 2021 - “A história do Brasil tem cor!”, que destacou o legado de Tereza de Benguela, mulher negra que liderou o Quilombo do Quariterê, e de protagonistas negros que se destacaram em diversas áreas no Brasil.

Na ONU

Em Genebra, na Suíça, a deputada Fernanda Melchionna entregou ao Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos o relatório final da CPI da Covid-19 do Senado Federal – que sugeriu o indiciamento de mais de 65 pessoas, entre elas o presidente Jair Bolsonaro, membros do alto escalão do governo, ex-ministros, deputados federais, médicos e empresários. A deputada também apresentou diversas denúncias contra o governo federal, como o desmonte da política ambiental, o aumento dos feminicídios e a violência contra a mulher durante a pandemia, os ataques ao aborto legal, o veto à distribuição de absorventes gratuitos e o projeto que criminaliza os movimentos sociais.



Enfrentamento ao Fascismo e Defesa da Democracia

Não bastasse ser o segundo ano ainda marcado pela pandemia, os brasileiros sofreram inúmeros retrocessos e retirada de direitos, além dos recorrentes ataques à democracia, alvo sistemático de Bolsonaro e seus aliados. Discursos pró-fascistas, desqualificando sem provas o sistema eleitoral, manifestações públicas antidemocráticas, investidas pró-armamento e contra o combate à tortura, uso político da Polícia Federal contra opositores e a narrativa do ódio, enfim, deram a tônica do último período.

O ano exigiu uma intensa atuação da bancada do PSOL, de forma reativa e propositiva, no enfrentamento à escalada reacionária e violenta. E, como só a luta muda a vida, ao lado de movimentos sociais e da população, algumas investidas do governo foram barradas.

Chegamos ao ponto de ver publicado no site do Ministério da Defesa um texto de exaltação ao período da ditadura militar, sob o título de “Ordem do Dia Alusiva ao 31 de Março de 1964”, às vésperas do aniversário de 57 anos do golpe. Seis meses depois, o Parlamento do Mercosul aprovou uma declaração contra as celebrações do presidente Jair Bolsonaro e declarações dele e de membros do governo sobre a ditadura no Brasil e na América Latina. Proposto pela deputada Fernanda Melchionna, o texto aprovado deixou clara a recusa do organismo regional em cancelar o comportamento de Bolsonaro. A aprovação da declaração por consenso revela o mal-estar causado no Cone Sul diante da opção política do presidente do maior país do bloco.

Em março de 2021, após um pedido feito pelo deputado federal Ivan Valente, em uma ação civil pública, a Justiça anulou uma portaria do governo federal que aumentava a quantidade de munições que cidadãos com porte e posse de arma e agentes de segurança podem adquirir, apontando que a norma foi produzida irregularmente.

Também nesse período, a bancada do PSOL protocolou uma representação ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, no âmbito do inquérito sobre os atos antidemocráticos, para solicitar providências sobre a manifestação do general da reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva, membro do Clube Militar,

que ameaçou uma “ruptura institucional” após decisão do STF que analisou Sérgio Moro como incompetente para ter julgado as denúncias da Operação Lava Jato.

A bancada agiu, através de um Projeto de Decreto Legislativo (PDL), para sustar os efeitos de uma portaria presidencial que obrigava os pesquisadores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio) a submeterem sua produção científica para aprovação prévia de uma diretoria do órgão chefiada por um oficial da PM de São Paulo. O mesmo se repetiu para sustar ofício do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que intimidava pesquisadores e sinalizava com punição aos que divulgam estudos.

Também um decreto presidencial chegou a determinar que o ministro da Educação indicasse interventores para a direção de institutos federais de educação, desconsiderando as eleições realizadas nas instituições. Mas, provocada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo PSOL, a ministra Cármen Lúcia, do STF, votou pela inconstitucionalidade do decreto e foi seguida por sete votos, a maioria da corte. Apenas o ministro Kassio Nunes Marques votou a favor do decreto.

A instrumentalização de órgãos públicos, por parte do Governo, para a censura contra servidores, também foi recorrente ao longo de todo o ano.

ANTIFA

Numa ação nitidamente persecutória, o youtuber Felipe Neto foi intimado a depor por ter chamado o presidente Jair Bolsonaro de “genocida” pela tragédia que o governo federal vinha promovendo ao lidar com a pandemia no país. O PSOL acionou o Ministério Público do Rio de Janeiro e a Corregedoria da Polícia Civil do estado para pedir a abertura de investigação contra o delegado Pablo da Costa Sartori, responsável pela intimação do youtuber. A ação foi apresentada pelos deputados Ivan Valente e Talíria Petrone.

A lei de segurança nacional (Lei n. 7.170/83) foi recorrentemente usada para fins incompatíveis com o texto da Constituição Federal, como para prender e coagir críticos do governo Bolsonaro e sua forma de conduzir o país durante a pandemia de Covid-19. A Bancada insistiu em questionamentos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre seu uso indevido bem como a atuação Polícia Federal na intimação de opositores do Governo, que passou a ser praxe, como Guilherme Boulos, Sonia Guajajara, várias lideranças sociais, artistas e até o responsável pelo outdoor que fazia uma crítica satirizada ao Bolsonaro.

Provocada pela bancada, uma investigação preliminar foi aberta pela Procuradoria Geral da República (PGR), que solicitou esclarecimentos ao ex-ministro da Justiça, André Mendonça, então advogado-geral da União. PF não é polícia política! O PSOL, ao lado de PT e PCdoB, apresentou ainda uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) contra diversos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, herdada da ditadura militar, e que tem sido usada para prender e coagir críticos do governo Bolsonaro e sua forma de conduzir o país durante a pandemia de Covid-19.

Aliado de conveniência, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), ainda no primeiro trimestre de 2021, chegou a criar uma comissão especial para acelerar um projeto de lei do deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO) que altera vários trechos da legislação antiterrorismo no país. A bancada do PSOL na Câmara denunciou cotidianamente o projeto do governo, que tem por objetivo novas modalidades de controle da sociedade e visa criminalizar lideranças e movimentos sociais. Em dezembro, no entanto, a Câmara rejeitou dar urgência ao projeto de lei.

O uso das forças militares brasileiras para interesses pessoais do presidente Bolsonaro justificou (mais) um pedido de impeachment, desta vez de autoria dos líderes das minorias e de oposição. No documento, os parlamentares mostram que o Presidente da República está tentando, de forma autoritária, apropriar-se indevidamente e para interesses pessoais das forças militares do Brasil com ameaça evidente à democracia. À época, o ex-ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, foi demitido de seu cargo às vésperas do aniversário do golpe militar de 1964. Em resposta à demissão, os comandantes das três Forças Armadas entregaram seus cargos por não concordarem com as pressões políticas do governo de Jair Bolsonaro para que elas se comportassem como instituições de governo, e não de Estado.

Em maio de 2021 – um dos meses mais letais da pandemia, em que já se somavam mais de 450 mil mortos pela Covid-19 –, atendendo Bolsonaro, Paulo Guedes mudou as regras na base da canetada e liberou o chamado duplo teto, permitindo que aposentados com cargos no governo pudessem acumular o benefício recebido da previdência com os ganhos mensais. A portaria, editada pelo ministro da Economia, dribla o teto remuneratório constitucional, permitindo que Bolsonaro chegue a um salário de R\$ 41,6 mil, uma alta de 6%, e o vice-presidente, Hamilton Mourão, que é general da reserva, um aumento de quase 64%, passando a receber R\$ 63,5 mil.



Bolsolão e tratoração – orçamento secreto é uma ameaça à democracia

Em novembro tivemos vitória no julgamento, no STF, da ADPF 854, apresentada pelo PSOL, que suspendeu a execução das emendas de relator ao Orçamento da União, que ficaram conhecidas como “orçamento secreto”.

Com essa manobra, Bolsonaro utilizou, desde 2020, recursos públicos para comprar apoio de parlamentares. Foi dessa forma que ele veio, em grande medida, garantindo o progresso da sua agenda antipopular e segurando o avanço dos mais de 100 pedidos de impeachment existentes contra si.

Por 8 votos a 2, o plenário do STF acatou a ADPF do PSOL, determinando a suspensão integral e imediata da execução destas emendas previstas no orçamento de 2021.

Além dessa vitória, cresceu a pressão pela CPI do Bolsolão para investigar a execução destes recursos usados para comprar deputados e senadores. O pedido de criação da CPI, apresentado pelo deputado federal Ivan Valente, aguarda a adesão de mais parlamentares já há 8 meses.

O “orçamento secreto”, por natureza, viola a Constituição Federal. Apenas os que apoiam o governo têm acesso ao dinheiro, que é utilizado para atender e ampliar a base eleitoral em seus estados. Realizadas nessas condições, as emendas do relator permitiram, por exemplo, a compra de tratores e equipamentos agrícolas superfaturados.

Tudo isso aconteceu enquanto a pandemia assolava o país. Enquanto o povo passava, e ainda passa, fome. No momento em que pessoas morriam sem vacina, sem oxigênio, e o governo afirmava não ter de onde tirar recursos para pagar um auxílio emergencial.

Para se ter melhor noção, as emendas de relator representam, apenas em 2021, em relação ao orçamento público, duas vezes o total de recursos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; mais de seis vezes do total destinado ao Ministério do Meio Ambiente; mais de 5 vezes o total de recursos para a CAPES e mais de 13 vezes o total de recursos destinado ao CNPQ.

Essa decisão do STF foi uma vitória importante em meio ao caos político, econômico e social em que o Brasil se encontra. Ela joga ainda mais luz sobre o que já está evidente e precisa ser interrompido: Bolsonaro é um político abjeto, corrupto e incompetente.

Na rua ao lado do povo

Em outubro, a Bancada do PSOL esteve em peso presente nos atos pela democracia e aprovação do impeachment de Bolsonaro. Protegidos com máscaras e distanciamento necessário, ocuparam as ruas, ao lado do povo, para exigir o impeachment do presidente, envolvido em diversos escândalos, tanto de sua parte, quanto de sua família e também ministros. Um governo que é sinônimo de incompetência e desumanidade, ligado a rachadinhas e milícias, que implementou cortes nas políticas sociais, passou a boiada na pauta ambiental e nega a ciência durante uma pandemia.

Os então mil dias de governo, já haviam deixado um rastro de 600 mil mortes por Covid, 15 milhões de desempregados, 20 milhões de brasileiros na extrema pobreza, inflação e preços em alta, gasolina a 7 reais.

Eventos, Exposições e Seminários

O segundo ano da pandemia da COVID seguiu impedindo eventos presenciais. Ainda assim, de forma virtual, a bancada do PSOL garantiu a realização de importantes atividades, evitando aglomerações e respeitando os protocolos recomendados pela Organização Mundial da Saúde para contenção da expansão do vírus.

Celebrando o Dia Internacional do Orgulho LGBTQ, em junho, aconteceu a 18ª edição do Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, que discutiu os desafios na construção da cidadania em tempos de pandemia e o desmonte de políticas públicas para a comunidade sexo-diversa.

O evento foi organizado pelas Lideranças do PSOL, PT, PCdoB, PDT, PSB e Minoria, com apoio de movimentos da sociedade civil e com as entidades: Aliança Nacional LGBTI, Grupo Dignidade, Grupo Arco-íris de Cidadania LGBT, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Transmasculinas do Ceará (Atransce), Associação de Famílias de Transgêneros (AFT), União Nacional LGBTs (UNALGBT), Rede Gay Latino, Associação Internacional de Gays e Lésbicas, e PDT Diversidade.

A fachada do Congresso foi iluminada com as cores do arco-íris.

Para marcar o centenário de Paulo Freire, em setembro, a bancada do PSOL na Câmara, através do mandato da deputada Luiza Erundina e em parceria com lideranças do PT, PSDB, Comissões de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias, Cultura e Educação, realizou um Seminário em homenagem ao patrono da educação, considerado um dos maiores pensadores da pedagogia mundial. As ideias e métodos de ensino de Paulo Freire marcaram sua trajetória, uma postura política-ideológica, tão necessária nos dias de hoje, que vislumbra a superação das relações de opressão e desigualdade.

Participaram Mario Sérgio Cortella, filósofo e escritor, Lisete Arelaro, da Faculdade de Educação da USP, Pedro Pontual, da Cátedra Paulo Freire da PUC-SP, Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Selma Rocha, da Faculdade de Educação da USP, Agostinho Rosas, do Centro de Estudos Paulo Freire, Maria Mônica de Melo, do Instituto Capiberibe, Sérgio Haddad, professor e pesquisador, além da viúva de Paulo Freire, Nita Freire.

Também em setembro, através do mandato da deputada Luiza Erundina, junto à Comissão de Participação Legislativa, uma audiência pública homenageou o centenário de Dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo de novembro de 1970 a novembro de 1998, quando renunciou por limite de idade, tornando-se arcebispo-emérito de São Paulo até falecer, em 2016. Arns aproximou a igreja da sociedade ao trabalhar principalmente pelas populações mais vulneráveis e teve atuação incisiva durante a ditadura.



Mulheres

A bancada do PSOL na Câmara – majoritariamente feminina, esteve sob a liderança de Talíria Petrone, em 2021, que, ao longo deste período, sempre destacou não ser possível pensar a classe trabalhadora no Brasil sem a dimensão de gênero raça.

Violência política contra mulheres

Os sistemáticos casos de violência contra as mulheres estão presentes, infelizmente, em vários cenários. As Casas Legislativas, o fazer política, foram palco dessas agressões.

Logo no início de 2021, a vereadora do PSOL em Niterói (RJ), Benny Briolly, mulher trans, foi agredida verbal e quase fisicamente por um vereador bolsonarista em sessão plenária. O vereador desferiu uma série de agressões verbais transfóbicas, racistas e misóginas contra a vereadora Benny, inclusive a chamando pelo nome masculino e tentando a agredir fisicamente. Benny precisou sair do país algumas semanas após o ocorrido.

Também em Niterói, a vereadora petista Verônica Lima foi vítima da lesbofobia e do machismo por um deputado do PSOL, vereador Paulo Eduardo Gomes. Ele foi afastado pelo Diretório Municipal por 60 dias. A luta é contínua também nas nossas fileiras! Na mesma época, a vereadora do PSOL em Santos, Debora Camilo, foi insultada em uma conversa de grupo de WhatsApp com assessores da Câmara Municipal. Um assessor de vereador se referiu a ela como “a vaca do PSOL”.

Ainda sobre os ataques às nossas vereadoras, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em março de 2021, determinou a quebra de sigilo de 49 contas no Twitter e no Facebook que foram acusadas de promover ameaças e

ofensas transfóbicas, racistas e machistas contra Erika Hilton, mulher trans e negra, também vereadora de São Paulo pelo PSOL.

Também em 2021, a líder indígena Sônia Guajajara foi intimada a depor pela Polícia Federal, da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), após críticas ao governo Bolsonaro em um documentário produzido pela entidade, a série Maracá. Vemos, em pleno 2021, a Polícia Federal ser usada como polícia política, instrumentalizada para perseguir os críticos ao governo federal.

Já em Brasília, foi preciso a bancada do PSOL representar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados contra o parlamentar Éder Mauro (PSD-PA), que vem sistematicamente intimidando e ameaçando as deputadas da oposição na Câmara. A ação é assinada também pela bancada do PT. Em uma das sessões da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Éder Mauro chegou a ameaçar deputadas da oposição de morte, dizendo para “dormirem e esquecerem de acordar”.

Em Minas Gerais, a deputada estadual Andreia de Jesus, foi atacada por representantes da extrema-direita ALMG, após um pronunciamento em que pediu um minuto de silêncio pelo assassinato da jovem Kathlen Romeu, de 24 anos, grávida de 14 semanas, que ocorreu durante uma operação policial no Rio de Janeiro.

Em suas ações, a bancada procura destacar que é preciso ter orçamento, política, espaços para acumulação de debates de gênero, classe e raça e de enfrentamento ao sexismo em sua forma estrutural, promoção e ampliação dos mecanismos de enfrentamento e estratégias sociais e políticas contra esta violência.

A também deputada estadual do PSOL, Marinor Brito, no Pará, foi mais uma vítima de violência política de gênero durante uma sessão plenária na Assembleia Legislativa. O deputado bolsonarista Caveira desferiu uma série de agressões verbais à parlamentar durante a votação que aprovou o Estatuto da Igualdade Racial do estado.

No Rio de Janeiro, a deputada estadual Renata Souza precisou acionar o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro contra o deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL), que apresentou um cartaz com a mensagem “Quem lucrou com a morte de Marielle?” Amorim é o mesmo que quebrou a placa em homenagem à vereadora do PSOL assassinada brutalmente em março de 2018.

Num ataque inédito a um parlamentar do PSOL na Câmara, o presidente Arthur Lira encaminhou uma interpelação extrajudicial à deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) e deu cinco dias para que a parlamentar explique por que “ofendeu sua honra ao chamá-lo de racista durante uma sessão da Casa”. Na ocasião, Talíria lamentou que Lira tratasse de forma racista os rituais indígenas – que são parte das culturas daqueles povos. “Parece que o presidente Arthur Lira não sabe o que é racismo. Racismo é quando um grupo pretende subjugar um outro grupo, seja por suas crenças, por seu modo de ser, por sua cor da pele”, ressaltou Talíria.

O escritório político da deputada federal, Vivi Reis, em Belém (PA), foi invadido e vandalizado por duas vezes em 2021. A bancada solicitou ao Ministério Público Federal (MPF) a investigação e o encaminhamento de pedido de providências para a Polícia Federal e a Polícia Civil do Pará.

Esses episódios deixam evidente que esse tipo de violência política contra mulheres, além de revelar muito ódio, sobretudo contra as mulheres não cis e não brancas tem como objetivo também impedir que representantes desses grupos, já subrepresentados nos espaços de poder, acessem e se mantenham nesses ambientes institucionais.

Em abril, foi aprovado na Comissão da Mulher o Projeto de Lei Complementar (PLP) 35/2019, de autoria conjunta da deputada Sâmia Bomfim e Marcelo Freixo, que propõe que 50% das vagas dos parlamentos brasi-

leiros sejam ocupadas por mulheres. A proposta foi para a CCJ e segue tramitando.

Ainda em abril, o plenário da Câmara aprovou o Projeto de Lei (PL) 1943/2019, que trata da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres. Para o PSOL, a proposta é relevante para a luta por igualdade de gênero no Brasil, indo além da regra atual da CLT. O projeto também alcança essas relações no âmbito privado, por meio das propagandas de produtos de limpeza e utensílios domésticos, chamando à responsabilidade os anunciantes, a fim de que estes se retratem com as mulheres brasileiras por décadas de violência simbólica.

No mesmo período, a bancada do PSOL protocolou um projeto de resolução com diretrizes para que a Câmara dos Deputados crie seu Observatório da Violência Política. O objetivo é que a Casa tenha um fórum permanente de coleta e análise de dados, sistematização de estatísticas, recebimento de denúncias, realização colaborativa de estudos, avaliações, pesquisas, acompanhamento e elaboração de proposições para combate e prevenção à violência política no país.

Talíria Petrone, juntamente com a deputada estadual Isa Penna, de São Paulo, apresentou projetos de resolução tanto na Câmara dos Deputados como na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) para instituir a paridade de gênero nas Comissões de Ética e Decoro Parlamentar de ambas as casas parlamentares. Na Câmara, o projeto tem coautoria de toda a bancada feder-

do PSOL. A campanha chamada #ParidadeDeGêneroJá tem a iniciativa de estender esse projeto ao maior número de casas legislativas possível. Outros mandatos do PSOL em casas legislativas pelo Brasil já apresentaram o mesmo projeto.

Na metade do ano de 2021, aprovamos o PL 851/2019 de autoria da deputada Sâmia Bomfim, que torna obrigatória a afixação de placas com o Disque 180 – Central de Atendimento às Mulheres, em estabelecimentos e locais de grande circulação. O projeto foi para o Senado e temos que pressionar pela sua aprovação.

Também nesse período, a Câmara aprovou o PL 741/2021, que prevê medidas de acolhimento a mulheres vítimas de violência. Conforme o projeto, caberá ao Poder Executivo –em conjunto com o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os órgãos de segurança pública – firmar cooperação com as entidades privadas para implementar o programa. A bancada do PSOL votou a favor ao PL, que também seguiu pro Senado.

No fim do ano legislativo, com o voto favorável da bancada do PSOL, também foi aprovado o PL 3878/2020, que prevê que 10% das vagas ofertadas pelo Sistema Nacional de Empregos (SINE) sejam destinadas prioritariamente a mulheres em situação de violência doméstica ou familiar. A pobreza e a dependência financeira são fatores determinantes para a não ruptura com o ciclo da violência doméstica e a pandemia agravou este cenário, com aumento dos casos de feminicídios.

Parentalidade, maternidade, igualdade

Inspirada na lei aprovada na Argentina, a deputada federal Talíria Petrone protocolou o Projeto de Lei 2757/2021, que garante aposentadoria para mulheres maiores de 60 anos que tenham filhos e não possuam os anos de contribuição necessários para as demais formas de aposentadoria, além de permitir que o período de licença maternidade seja computado como tempo de serviço. No Brasil, segundo dados do IBGE de 2020, mais da metade da população feminina acima dos 14 anos ficou fora do mercado de trabalho no terceiro trimestre de 2020. E também existem hoje mais de 11 milhões de mães solo no Brasil, sendo a maioria mães negras (61%). No que se refere às mães chefes de família negras, 63% das casas chefiadas por elas estão abaixo da linha da pobreza. Não é de hoje que o trabalho doméstico não é considerado trabalho, sendo reconhecido apenas como “cuidado” ou “amor”. Mas ele é fundamental para a reprodução social da humanidade e acaba gerando uma dupla, tripla jornada, principalmente para as mães. Uma audiência pública sobre o tema também foi realizada.

No mês das mães, a bancada do PSOL protocolou dois Projetos de Resolução voltados à proteção da maternidade, infância e famílias e à promoção da equidade de gênero.

O primeiro propôs a criação do Programa de Direito à Amamentação no âmbito da Diretoria de Recursos Humanos da CD. O segundo projeto regulamenta a licença parental das e dos parlamentares e impede que a ausência decorrente dessa licença seja computada como falta – o que, lamentavelmente, ocorreu com as deputadas Áurea Carolina e Talíria Petrone. Isso porque o regimento interno, por muito tempo, não previa com clareza esse direito, tendo a deputada que recorrer à licença saúde.

Mas, em decisão histórica na Câmara da Mesa Diretora, a licença-maternidade e a licença-paternidade passaram a ser registradas nos painéis da Câmara, desde setembro, após pressão e um requerimento da bancada do PSOL.



No Dia de Combate à Mortalidade Materna, 28 de maio, a bancada do PSOL, através dos deputados Sâmia Bomfim e Glauber Braga, propôs a criação do Estatuto da Parentalidade, que prevê licença de 180 dias para pais, mães ou até dois responsáveis no nascimento ou adoção de crianças. O texto também regulamenta um salário parentalidade para auxiliar na criação de crianças e adolescentes.

A bancada do PSOL também se reuniu para ouvir mais de trinta movimentos sociais ligados aos direitos das mulheres às maternidades plenas no encontro chamado Café com Lutas.

Em novembro, a bancada, através do mandato da deputada Sâmia Bomfim, apresentou o PL 3913/2021, que propõe a instalação de fraldários em ambientes públicos e privados de grande circulação de pessoas, como shoppings, aeroportos, rodovias e órgãos públicos. Na Câmara federal, por exemplo, não existe um fraldário próximo ao plenário. O projeto é a nacionalização de uma proposta da deputada, de quando ela ainda era vereadora, que já é lei na cidade de São Paulo, promulgada em 2 de novembro de 2017 pela Prefeitura. A proposta prevê que os estabelecimentos disponham de bancada para troca de fraldas, de lavatório e de equipamento para a higienização de mãos, para que os responsáveis consigam trocar as fraldas do bebê com segurança. O texto do PL prevê também que se não houver um local exclusivo para o fraldário, a estrutura deverá ser instalada nos banheiros masculinos e femininos.

A líder da bancada Talíria Petrone, protocolou um projeto de lei que cria a Semana Nacional de Apoio à Amamentação Negra, a ser celebrada entre os dias 25 e 31 de agosto de cada ano, mês já dedicado ao aleitamento materno. A proposta, assinada também pelos demais deputados da bancada do PSOL, foi uma das iniciativas que marcaram o Novembro Negro. O texto do projeto destaca que a atenção e a priorização do aleitamento materno ainda não acontecem de maneira efetiva em todas as camadas da sociedade.

Dignidade menstrual

Após uma denúncia liderada pela bancada do PSOL, e que foi apoiada por outros 61 deputados e deputadas de diferentes partidos, a ONU enviou carta ao governo brasileiro, em novembro, em que relatores da ONU cobraram o presidente Jair Bolsonaro sobre os vetos à distribuição de absorventes para mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade. Em comunicação enviada no dia 19 de outubro pelo Grupo de Trabalho contra a Discriminação de Mulheres e Meninas e pelas Relatorias Especiais da ONU sobre o direito à saúde e violência contra mulher, o governo brasileiro é solicitado a explicar as razões dos vetos. As relatorias ainda querem saber quais medidas o governo tomará para assegurar o acesso de mulheres e meninas a produtos de higiene menstrual. A carta enviada pelos procedimentos especiais da ONU ocorreu depois que a entidade recebeu. Nela, os parlamentares pediam ações por parte dos organismos internacionais diante de mais uma evidência do desmonte de direitos no país.

Os líderes dos partidos de oposição, dentre eles o PSOL, assinaram um pedido de investigação ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a viagem de integrantes do governo Bolsonaro a Dubai para uma feira de negócios. A comitiva de 69 pessoas desembolsou no mínimo R\$ 3,6 milhões na cidade entre setembro e outubro, mesma época em que alegou não ter dinheiro para distribuir absorventes menstruais para as pessoas em situação de vulnerabilidade.



Quem mandou matar Marielle?

A bancada do PSOL na Câmara cobrou explicações ao Procurador Geral de Justiça do Rio de Janeiro, Luciano Mattos, em julho, sobre interferências externas na investigação do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. As promotoras Simone Sibilio e Letícia Emile deixaram o caso por receio e insatisfação com intervenções nas investigações. As duas estavam à frente do caso desde setembro de 2018 e se preparavam para o Tribunal do Júri a que serão submetidos os acusados pela execução de Marielle e seu motorista. Também foi o trabalho liderado por Sibilio, conhecido como Operação Intocáveis, que revelou e prendeu bandidos ligados ao até então desconhecido Escritório do Crime, quadrilha formada por milícias que dominava inúmeros territórios fluminenses. O pedido de afastamento das promotoras ocorreu na mesma semana em que o delegado do caso, Moysés Santana, foi substituído. Até hoje os mandantes do crime não foram apontados.

Na rua

A 2ª Marcha das Mulheres Indígenas do Brasil, no mês de setembro, em Brasília, reuniu mais de 5 mil pessoas, de 173 povos de todas as regiões do país, em setembro. Com o tema “Mulheres Indígenas: reflorestando mentes para a cura da Terra”, a mobilização discutiu as questões das mulheres indígenas, como o direito à terra, o protagonismo feminino na proteção ao meio ambiente, a representatividade na política, e os riscos da invasão das Terras Indígenas para as mulheres indígenas. As deputadas Talíria Petrone e Vivi Reis acompanharam a mobilização e o acampamento e participaram de rodas de conversas, de atos simbólicos e da marcha.



Política Socioambiental

Depois de dois anos de grandes estragos por meio do Poder Executivo, 2021 foi o ano em que o ataque ao meio ambiente e aos povos e comunidades tradicionais no Brasil decorreram do Poder Legislativo. A boiada, que antes passava quase exclusivamente por meio de mudanças infralegais na regulação ambiental com decretos, portarias ou instruções normativas, agora atropelou leis ambientais, um caminho praticamente sem volta para os biomas e seus povos.

A nova presidência da Câmara está diretamente relacionada ao impacto que o rolo compressor de 2021 causou na pauta socioambiental. Arthut Lira fez o trator avançar sobre a política nacional de meio ambiente incluindo agendas que, com muita luta, haviam sido poupadas em 2019 e 2020. São exemplos o PL 3.729, que acaba com o licenciamento ambiental no Brasil, e o PL 2.633, que anistia a grilagem, apensado ao PL 510, que também premia o roubo de terras.

Mais que ser o primeiro presidente desde a redemocratização do país a não demarcar nenhuma terra indígena, Bolsonaro em 2021 foi além movimentando tentativas de diminuição destas áreas. Da mesma forma, investiu para a aprovação de matérias no Congresso que inviabilizam a demarcação de terras indígenas. O garimpo e as invasões de terras indígenas explodiram também em 2021 e viraram uma fratura exposta nos direitos humanos no Brasil.

Se considerados os dados de janeiro a dezembro sobre a fiscalização ambiental, o recorde negativo se repetiu com uma média de autos por crimes contra a flora na Amazônia Legal 39% menor que a média na década anterior. No caso das apreensões houve queda de 81% em 2021.

Sem punição, o governo seguiu batendo recordes de destruição. O desmatamento na Amazônia em 2021 aumentou 103,8% em relação à média na década anterior ao atual governo. A causa são os setores aliados do presidente, o avanço da fronteira do agronegócio, o garimpo ilegal, incêndios florestais, extração de madeira ilegal, entre outros. Esta taxa é mais um recorde de retrocesso com 13.235 km² desmatados, a mais alta em 15 anos.

Com o aumento da pobreza e do desmatamento, entre outros fatores, o Brasil se tornou um dos três países com maior queda no Índice Global de Sustentabilidade (SDG Index) no ano de 2021. O país caiu para 61º, atrás de países como Argentina, Cuba, Uruguai e Chile.

As investidas contra à vida de um governo ecocida

Em fevereiro, ocorreu o lançamento do programa Adote Um Parque, um projeto de privatização do então ministro Ricardo Salles para mostrar que o Estado não é necessário para a cuidar de áreas protegidas no país. Assim, a iniciativa privada repassa recursos diretamente às unidades em troca da exploração comercial de espaços nas áreas “adotadas”. Cinco das oito unidades do programa eram reservas extrativistas, cuja população jamais fora consultada. Com a queda de Salles o projeto segue em banho-maria.

O governo de Joe Biden acenou para realização de um acordo com o governo brasileiro para a preservação da Amazônia para ser anunciado em abril, na cúpula de líderes sobre o clima no EUA. Salles pediu US\$ 1 bilhão ao governo americano, porém após uma intensa mobilização de lideranças ambientais, entidades socioambientais, senadores, deputados e membros da sociedade civil, entre eles a bancada do PSOL, que encaminharam uma carta aos Estados Unidos advertindo sobre o risco de fechar qualquer acordo com Bolsonaro, o acordo não saiu.

Em abril, a pedido da Funai, a Polícia Federal intimou Sônia Guajajara por difamação ao presidente. A APIB denunciou o inquérito como uma manobra para criminalizar o movimento indígena. Na mesma época, o superintendente da PF no Amazonas, Alexandre Saraiva, foi exonerado do cargo e transferido para o interior do Rio de Janeiro dias após ter enviado ao STF uma notícia-crime contra Salles por interceder em favor de madeireiros investigados por desmatamento ilegal.

Um esquema para facilitar o contrabando de madeira ilegal foi descoberto no Ibama pela PF. Eduardo Bim foi o primeiro presidente do Ibama afastado do cargo, em 32 anos de história do instituto, sob acusação de ter atuado para favorecer criminosos ambientais, em maio.

A comunidade yanomami Palimiú foi atacada a tiros por garimpeiros a bordo de uma lancha. O STF determinou ao governo que retirasse os garimpeiros do território indígena, o que não ocorreu.

A Câmara aprovou, com apoio do governo e sem participação da sociedade, o PL 3729/2004, que acaba com o licenciamento ambiental, o instrumento que defende a sociedade contra atividades econômicas potencialmente destrutivas. O texto segue em análise no Senado.

Novos cortes no orçamento do MMA revelam que com apenas R\$ 577 milhões de orçamento para a preservação, conservação, controle e recuperação ambiental de todo território nacional, o governo Bolsonaro promove em 2021 o desmonte da Política Nacional com o menor orçamento em 21 anos. Ainda, o governo manteve congelado pelo terceiro ano mais de R\$ 3 bilhões do Fundo Amazônia. Se considerados também os recursos do Fundo Clima e uma doação obtida pelo Brasil do fundo climático da ONU, o GCF, o governo mantém parados R\$ 4,5 bilhões.

Em junho, pela primeira vez na história, um ministro do Meio Ambiente foi demitido e a cúpula do Ibama foi afastada sob suspeita de praticar crimes ambientais. A queda de Salles se deu na investigação da sua participação no contrabando de madeira para os EUA.

Na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o PL 490/2007, que inviabiliza demarcação de Terras Indígenas. Enquanto se discutia a aprovação, do lado de fora do Congresso Nacional lideranças indígenas foram espancadas durante manifestação.

Servidores ambientais foram feitos reféns por garimpeiros armados com fuzis em Roraima. Os criminosos entraram na base avançada da Estação Ecológica de Maracá, e roubaram os materiais que haviam sido apreendidos em uma operação de fiscalização.

Em agosto, a Câmara dos Deputados aprova o PL da Grilagem (PL 2633/2020). A proposta regulariza a ocupação indevida de terras públicas, favorecer a impunidade de crimes ambientais e facilita o desmatamento. Na época, foi adiado o julgamento do marco temporal no STF, mais de 6.000 indígenas foram a Brasília acompanhar na maior manifestação já realizada pelo movimento.

Em outubro, dados oficiais confirmaram que 2021 ocorreu a pior seca dos últimos 91 anos. Pela primeira vez na história um alerta de emergência hídrica foi emitido para cinco Estados brasileiros. Enquanto isso, o governo publica a MP 1055/2021, uma falsa solução para a Crise Hídrica. A MP criou um grupo interministerial chefiado pelo Ministério de Minas e Energia para debater soluções que priorizam a geração de eletricidade e não o abastecimento público.

Uma tragédia anunciada aconteceu naquele mês: dois meninos yanomami são sugados em Roraima por uma draga de garimpo enquanto nadavam no rio de sua aldeia, vizinha a um ponto de extração ilegal, na região de Alto Alegre. Nenhum dos dois sobreviveu.

O governo abandonou as operações militares iniciadas após as grandes queimadas de 2019, sob comando do vice-presidente Hamilton Mourão. O fracasso da militarização do combate ao desmatamento na Amazônia custou pelo menos R\$ 550 milhões à União. Mesmo com o gasto extra e o “reforço” de mais de 3.000 militares, o resultado foi a maior taxa de desmatamento em 15 anos.

Por outro lado, fracassou também a tentativa do governo de leiloar blocos para exploração de petróleo na região do arquipélago de Fernando de Noronha (PE), região emblemática de preservação ambiental.

Via decreto, Bolsonaro alterou a Lei dos Agrotóxicos e flexibilizou a aprovação dos venenos. O texto cria possibilidade que substâncias que causem câncer sejam aprovadas e prevê “tramitação prioritária” para aprovação de agrotóxicos. Com o decreto, o MAPA será responsável por definir se agrotóxico terá regime de aprovação prioritário.

E na contramão do mundo, Brasil alcança a marca de único país que aumentou a emissão de gases do efeito estufa durante a pandemia.

Com um novo comandante na pasta de Meio Ambiente, o ruralista Joaquim Leite mente na COP26, em novembro, que não conhecia os números recorde de desmatamento de 2021 e apresenta à comunidade internacional dados falsos e afirma que o problema estava contido por medidas do governo. O aumento do desmatamento rendeu a Bolsonaro mais uma representação no Tribunal Penal Internacional, por crimes contra a humanidade devido ao dano climático deliberado.

Na Câmara, a Comissão Especial do novo Código da Mineração apresenta parecer recheado de inconstitucionalidades, como a dispensa de licenciamento ambiental para a pesquisa mineral nas situações em que não se exige EIA, o que abrange praticamente todas as pesquisas nesse campo, além de permitir interesses minerários acima dos direitos relativos ao desenvolvimento urbano, excluir restrições relacionadas a Terra Indígena ou Unidade de Conservação na caracterização de área livre para pesquisa minerária, colocando em risco direitos socioambientais assegurados pela Constituição. A bancada do PSOL, parlamentares de defesa do meio ambiente e a pressão da sociedade civil impediu a votação do relatório.

No plenário, o PSOL foi o único partido a se posicionar explicitamente contra a mercantilização do meio ambiente que o PL 528/2021, que regulamenta o mercado de carbono brasileiro, defende como falsa solução climática do capitalismo verde. O projeto não foi votado.

Com voto contrário da bancada, em dezembro, foi aprovado o PL 2510/2019, que transfere para municípios a atribuição de definir preservação de Áreas de Preservação Permanente (APP), áreas fundamentais para rios e nascentes. Com a aprovação, regras sobre ocupação de margens de rios em área urbana serão definidas por cada município, o que na prática retira proteção de florestas de beira de rio em cidades antes garantida pelo Código Florestal, causando danos irreversíveis aos ecossistemas brasileiros, aos povos tradicionais, ao clima global e à segurança territorial.

Em uma manobra do presidente da Câmara o chamado Pacote do Veneno (PL 6299/02) quase foi à votação no plenário na noite do último dia do ano legislativo no país. A atuação do PSOL na negociação para a substituição de pauta foi fundamental para a não aprovação.

OUTRAS AÇÕES DA BANCADA DO PSOL

- PDL que susta os efeitos da IN nº 1, de 22 de fevereiro de 2021 da Funai e Ibama que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados durante o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades localizados ou desenvolvidos no interior de Terras Indígenas cujo empreendedor seja organizações indígenas.
- PDL que susta os efeitos do Pré-edital da 17ª Rodada de Concessão de Blocos Exploratórios para a Produção de Petróleo e Gás Natural da ANP.
- PDL que susta os efeitos da Portaria nº 151, de 10 de março de 2021, do ICMBio, que delega ao Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade a competência para autorizar previamente publicações produzidas no âmbito e para este Instituto.
- Ofício protocolado ao Subprocurador-Geral da República e coordenador da 4ª Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF, solicitando investigação das denúncias de 400 servidores do Ibama sobre a paralisação das ações de fiscalização do órgão por decisão do ministro Salles, e encaminhamento de ações judiciais sobre as ilegalidades e irregularidades no processo administrativo federal para apuração de infrações realizada pelo ministro.
- Articulação junto à oposição da criação de CPI do Meio Ambiente para investigar supostos crimes cometidos pelo ministro Ricardo Salles.
- Envio de carta ao Secretário-Geral da ONU para desmentir discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU.
- Ofício à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão/Povos Indígenas e Comunidades tradicionais do MPF solicitando providências urgentes de proteção para a comunidade Yanomami de Palimiu, em Roraima, que sofreu um ataque de um grupo de garimpeiros.
- PDL para sustar a decisão do presidente da Fundação Palmares, de revogar a IN nº 1, de 31 de outubro de 2018, que determinava medidas de proteção a comunidades quilombolas.
- Ofício ao Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, à IUCN e à Unesco Brasil relatando e pedindo providências sobre a tentativa do governo federal de construir a Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu.
- Participação histórica do PSOL na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26). A atuação do partido em Glasgow levou a mensagem da resistência ecossocialista da bancada do PSOL dentro do Congresso Nacional. Foram priorizados na agenda eventos e espaços relacionados à Amazônia, ao protagonismo dos povos tradicionais nas políticas ambientais, a denúncia ao Governo Bolsonaro, ao agronegócio, ao garimpo e a grandes mineradoras. Além da participação institucional, o partido esteve presente na Cúpula dos Povos e na marcha mundial pelo clima, junto à movimentos socioambientais do mundo todo.
- Ofício à 4ª Câmara do Meio Ambiente do MPF para investigar indício de improbidade administrativa do governo ao divulgar dados desatualizados sobre desmatamento na COP-26.
- Vitória na justiça que acatou o pedido do PSOL, em resposta a uma ação popular, e suspendeu repasses do Ibama à PM paulista. O acordo determinava a transferência de R\$19 milhões do órgão ambiental à PM em substituição a uma multa.



Em meio a uma pandemia que já tirou a vida de mais de 600 mil brasileiros e brasileiras, os projetos pautados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e seu grupo político não têm nenhuma relação com os problemas reais do povo brasileiro, como a fome e o desemprego. Uma reforma eleitoral elitista estava no rol de proposições que interessava o grupo bolsonarista.

Eventuais alterações na Lei Eleitoral deveriam buscar fortalecer as legendas ideológicas, afastar a influência do poder econômico do processo de escolha de nossos go-



Nossa luta por mais democracia, mais mulheres, negras e negros, indígenas na política continua. O Parlamento precisa ter a cara do povo brasileiro!

vernantes, coibir a desinformação e as fake news, combater a subrepresentação de mulheres, negros e negras, indígenas, LGBTQs, dentre outras medidas. No entanto, as mudanças propostas tinham como objetivo tão somente responder às angústias dos deputados do chamado “Centrão” diante das incertezas sobre as eleições deste ano.

Duas comissões especiais foram instaladas em 2021 para alterar o Código Eleitoral e o sistema político brasileiros. O propósito era a liquidação das legendas programáticas, o enfraquecimento dos partidos e o fortalecimento de projetos individuais.

Uma das mudanças instituía o sistema chamado “distritão”, considerado o pior modelo do mundo num processo eleitoral. Esse modelo favorece os “figurões” que não precisam de partidos para se eleger. Isso significa menos líderes sociais, ativistas de causas importantes para a democracia, representantes de regiões ou categorias de trabalhadoras/es. No lugar de destinar seu voto a um projeto, o eleitor deveria escolher entre pessoas. Isso significaria a morte da política.

A forte atuação da bancada do PSOL e demais partidos de oposição impôs uma grande derrota ao Centrão, ao presidente Arthur Lira e ao governo de Jair Bolsonaro. Impediu-se a concretização de uma contrarreforma política. Garantiu-se, assim, o voto com representatividade e diversidade, ideológico e programático.

Por outro lado, a partir da atuação da oposição, importante vitória foi a inclusão na lei da contagem em dobro de votos dados a mulheres, indígenas e negros para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2022 a 2030, para fins de distribuição, entre os partidos políticos, dos recursos do Fundo Eleitoral. Essa mudança na legislação vai possibilitar a ocupação dos espaços de poder e dar voz a um setor da população que historicamente é silenciado e tem seus direitos arrancados por parlamentares, em sua ampla maioria homens brancos e da elite.

Maior representatividade na política também foi garantida com a manutenção das chamadas “sobras eleitorais”. Foi uma queda de braço no plenário da Câmara. O fim das sobras significaria um ataque ao sistema proporcional de votação e à democracia, com milhares de votos dos eleitores sendo jogados no lixo ou sendo direcionados aos grandes partidos. O texto final aprovado não foi o ideal, mas não podíamos permitir o fim das sobras eleitorais.

Não dá pra não destacar outra grande derrota do governo federal e seu grupo de negacionista. A base bolsonarista tentou, numa comissão especial, aprovar o voto impresso, um claro ataque à democracia. Jair Bolsonaro questionou, diversas vezes, o sistema eleitoral brasileiro, insinuou fraudes nas eleições passadas – nas quais também foi eleito – e disse que as urnas eletrônicas não eram confiáveis. Perdeu!



**PSOL NA
CÂMARA**